



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social.

“TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE”: QUESTÃO SOCIAL, FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E CONSERVADORISMO SOB A MARCHA DA CONTRADIÇÃO

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO¹

Resumo: O presente artigo tem como finalidade aprofundar uma reflexão sobre elementos que articulem os fundamentos da questão social, a particularidade da formação sócio-histórica do Brasil com os diversos preconceitos e opressões em voga na contemporaneidade, buscando compreender o aspecto valorativo dado às expressões da questão social ante a naturalização da unidade exploração-opressões. Os valores e costumes dominantes constituídos ao longo da história no Brasil se apresentam como derivações que são influenciadas pelo modelo patriarcal, naturalizando a heterossexualidade como única forma de orientação sexual, a branquitude como modelo e a família nuclear como possibilidade exclusiva.

Palavras-chave: Questão social; formação sócio-histórico do Brasil; unidade exploração-opressões.

Abstract: This article has a detailed analysis on the principles that articulate the foundations of the social question, a particularity of socio-historical formation on Brazil whit the preconceptions and opressions in vogue in contempraneity, understanding the cultural valuable of the expressions of the social question to the detreiment of the naturalization of the unid exploration-opression. The dominant valuable and mores builded over the history on the Brazil then been showed whit influences derivation of the patriarchal models, naturalizing the heterossuativity whit the only kind to the sexual orientation, the whiteness whit the model and the nuclear family whitth unique possibility.

Keywords: Social issues; socio-historical formation of Brazil; unit exploration-oppressions.

1. INTRODUÇÃO

Perpetua-se na imagem estereotipada do Brasil elementos curiosos de uma formação repleta de contradições. Seja em importantes episódios de sua história, na própria conjuntura atual ou mesmo nos valores culturais, a simbiose de diferentes setores sociais em suas negociações políticas, a permanência de pensamentos arcaicos sob roupagens modernas e, por fim, elementos do cotidiano de brasileiras e brasileiros explicitam o limiar de uma constituição social peculiar.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade de Brasília. E-mail: < paulowescley@gmail.com >

O país do carnaval e da fé, do sagrado e do profano, do povo trabalhador e do mito da malandragem disfarça em seus estereótipos as cisões que se construíram a partir da processualidade histórica de uma nação formada como colônia de exploração, calcada na escravidão de povos africanos, no desenvolvimento rural a partir da monocultura, na industrialização precária e atrasada, no desenvolvimento regional irregular e desproporcional, na construção da cultura com fortes elementos do patriarcado, do machismo e do racismo.

Compreender as relações sociais reproduzidas no Brasil contemporâneo e seus dimensionamentos econômicos, culturais e políticos que espraiam características peculiares na ampliação das expressões da questão social perpassa necessariamente pela compreensão de sua formação sócio-histórica e pela compreensão das diversas mediações entre os valores socialmente construídos, suas determinações materiais no campo da ideologia e sua complexa edificação no âmbito da reprodução social

É necessário, pois, aprofundar a compreensão da particularidade do capitalismo brasileiro, compreendendo seu advento como elemento articulado com a dimensão mundializada de ascensão e hegemonia burguesa. Para isso é necessário destacar a noção das características da formação sócio-histórica desse processo, calcado numa formulação dependente e combinada a partir de uma dinâmica imperialista desde seu substrato originário.

É esse percurso que fundamenta o avanço do pensamento conservador que atravessou a história do Brasil como elemento fundamental para tratar a questão social também no âmbito da moral. Esse postulado tem servido para aprofundar diversas formas de opressões, sobretudo no âmbito das classes populares, como nas questões de gênero/sexo, raça/etnia, diversidade sexual, preconceitos geográficos.

2. CULTURA, VALORES E OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL,

O entendimento da relação capital-trabalho, a percepção das contradições do sistema capitalista e os diferentes estágios e facetas da organização do capital em diálogo direto sobre as mudanças nas expressões da questão social são elementos basilares para o desvendamento da essência de suas diversas formas de manifestações, sem cair em visões incongruentes que, por vezes, distorcem a conjuntura atual, ora naturalizando ou fragmentando as desigualdades sociais, ora assumindo um caráter reformista do capitalismo. Nesse contexto, é preciso aprofundar o trato das mediações cruciais para explicitar como diversas opressões construídas ao longo da história da humanidade tornam-se particulares na sociabilidade capitalista e objetivam-se como expressões da questão social.

Nesse sentido, as reflexões sobre a questão social no campo crítico tem exigido superar uma tarefa: fundamentar os elementos da relação capital-trabalho sem cair numa perspectiva abstrata e eurocêntrica de suas expressões. A busca pelo não economicismo nessa perspectiva reafirma o entendimento amplo na ligação entre as contradições com os aspectos dos alicerces do capitalismo com as dimensões culturais, políticas e subjetivas.

É preciso frisar que, dentro de duas diferenças, divergências e similitudes, seja a interseccionalidade (DAVIS, 2016), seja a consubstancialidade (KERGOAT, 2008) entre classe, gênero/sexo e raça/etnia são elementos cruciais para a compreensão da questão social e suas particularidades como aqui estamos destacando. Entendemos que esse debate se aprofunda em termos de desvendamento da essência dos fenômenos quando analisados a partir da percepção da ontologia do ser social e os apontamentos trazidos pelo pensamento de Lukács (2012).

Em Pinheiro (2013) buscamos aprofundar essa relação, trazendo elementos da discussão sobre o processo de individuação, a formação da consciência e a construção dos complexos da produção e reprodução social para a compreensão da tessitura das mais diversas opressões. Compreendemos que o aprofundamento dessas mediações, numa estrutura rigorosa sobre a dinâmica da totalidade e suas dimensões entre “universal-particular-singular” pode nos ajudar a desvendar tais questões fugindo do dualismo mecanicista-singularista.

Entender as particularidades e os desafios contemporâneos é adentrar nesse capcioso conjunto de fatores, reunindo ainda suas especificidades teóricas e metodológicas, sua construção ético-política e os embates ao longo do processo histórico que sintetizaram as suas condições atuais, com o difícil diálogo entre as dimensões coletivas, a complexidade da dimensão da subjetividade dos sujeitos, os valores hegemônicos propagados por toda a sociedade em suas diversas formas e linguagens e aquilo que os produzem.

É principalmente nessa seara da reprodução social e das questões ideológicas que o preconceito, consolidado nas mais dispareas formas de discriminação, se perpetua objetivamente, onde diferenças tornam-se desigualdades, lócus de violência, opressões e relações de poder.

Essas materializações particulares explicitadas nas questões geracionais, de gênero/sexo, diversidade sexual, de raça e etnia, entre outras, precisam ser refletidas, com as mediações necessárias, sob pena do vácuo teórico e metodológico de suas abordagens tornarem suas interpretações reducionistas e mecanicistas, atraindo polos de análises que, para suprir os postulados não abordados para esses fenômenos, acabam por decair em vertentes ora meramente generalistas, ora singularistas e subjetivistas.

Em “Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’” Netto (2001) ratifica a gênese dessa expressão dentro do processo de maturação da sociedade capitalista no século XIX, com o processo de consolidação da hegemonia burguesa, do acirramento da luta de classes e do inevitável aumento das contradições e desigualdade sociais:

A análise de conjunto que Marx oferece n'O Capital revela, luminosamente, que a "questão social" está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da "questão social"; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda a luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por "questão social") está condenada a enfrentar sintomas, conseqüências e efeitos (NETTO, 2001, p.45-46).

No entanto, esta constatação, embora coesa, não se completa se não percebemos a totalidade da ascensão capitalista e suas particularidades diante

da estruturação originária de seus moldes dando conta das mediações que se articularam com a dimensão das classes sociais fundamentais do modo de produção vigente, mas que se produziram e se reproduziram como opressões antes de tal ascensão.

Esse processo vai determinar as particularidades históricas do capitalismo em cada território do globo, além de fortalecer a tessitura de uma estrutura patriarcal e racista dentro do modo de produção calcado no trabalho livre e, por fim, perpetuará uma dinâmica de luta de classes muito mais complexa nos países forjados numa estrutura colonial, com uma burguesia nacional subsumidas aos ditames imperialistas, naquilo que, nos termos de Marini (1990), se construirá num desenvolvimento dependente e combinado do capitalismo no Brasil e em toda a América Latina.

Assim, entendemos que a ampliação da definição trazida por Iamamoto (2011) sobre a questão social é fundamental para compreender as suas expressões mais diversas como a funcionalidade e estruturação capitalista na reprodução do racismo e do machismo tão presente no capitalismo brasileiro, assim como na percepção da moralização e do moralismo com relação às expressões da questão social.

Iamamoto define questão social com todas as características oriundas ou reforçadas a partir da relação capital-trabalho e dos antagonismos de classes, mas fermentada em novos processos ainda mais complexos e desafiadores, ou seja, seria o conjunto das:

[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. [...] Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 160)

Com isso, pontuamos que as problemáticas atuais são expressões da “velha” questão social, sobre novas roupagens, agravadas e com necessidade de novas reflexões, mas não perdendo a centralidade de seu enfrentamento e de sua causa. Como coloca Iamamoto (2011), a questão social engloba:

[...] determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção da história. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais (ibidem, p. 156).

As transformações contemporâneas do capitalismo trazem consigo disposições particulares da *questão social*, gerando inclusive fortes dissensos que buscam colocar em xeque os postulados teóricos e políticos ditos de “outrora”, afirmando uma suposta superação dos processos oriundos do capitalismo industrial e das contradições de classe, fomentando outros paradigmas da questão social, evidenciando novas formas de entender e enfrentar tais problemas.

Fica claro que entender como a questão social se perpetua na sociedade contemporânea é desvencilha-se de polos fragmentados de interpretação da realidade onde corre-se o risco de reduzir essa questão social a uma dificuldade eminentemente singular, ocasionando uma não reflexão das origens dessa questão e uma pulverização da mesma.

Harvey (2004) faz uma tessitura entre os fundamentos clássicos do modo de produção capitalista e as dimensões conjunturais a partir do desenvolvimento da sociabilidade mundializada sob centralidade econômica da produção e circulação de mercadorias e a dinâmica geopolítica a partir do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção, mas também das questões nacionais e internacionais que envolvem os impactos econômicos, políticos, culturais e territoriais de um novo estágio do capitalismo imperialista, que se amplia sob moldes, tanto mais complexos, quanto mais agressivos para garantir o aprofundamento da exploração do trabalho.

Diferenciando a categoria imperialismo dos fenômenos históricos dos modos de produção anteriores Harvey vai destacar que a novidade dessa questão se funda essencialmente a partir da lógica capitalista e da necessidade inerente da ampliação, já demonstrada por Marx na lei geral de acumulação, mas aqui, na obra do autor, revelada na conjuntura de um capitalismo amadurecido que se propaga no lastro de transformações tecnológicas, geográficas e de impactos nas condições de vida da classe trabalhadora, além do contorno importante do papel do Estado neoliberal nesse sentido.

O caráter violento do imperialismo maduro demonstra que esse processo de espoliação não demarcou somente a chamada acumulação primitiva. Afirmando que, ao observar o desenrolar do capitalismo desde o século XIX e as movimentações dos países centrais, descartando a Inglaterra, mas também todo desenrolar do século XX (com EUA), aquilo que Marx sublinhou com a etapa anterior necessária para a afirmação e amadurecimento da sociabilidade do capital é, na verdade, condição permanente do capitalismo, assim, Harvey vai então dizer que esta não é somente uma característica originária, mas aquilo que ele vai adjetivar como “acumulação por espoliação”, condição demonstrada ao longo de toda a história do capital.

Portanto, o que se apresenta como novo imperialismo é na verdade a manifestação atual dos mesmos fundamentos que determinaram o modelo imperialista de todo o modo capitalista que não se furtou de abarcar as particularidades para explorar ainda mais parcelas da classe trabalhadora, a partir de questões de gênero, raça/etnia, cultural, política e geográfica arregimentando a acumulação dos países centrais e a possibilidade de reprodução do capital.

Diante de tantas reflexões fica mais evidente que o entendimento sobre a produção e reprodução do sistema capitalista é essencial para a compreensão da *questão social*, fator primordial para não recairmos em análises que banalizem o horizonte histórico e teórico que afirme qualquer possibilidade de ruptura com a ordem vigente, dotando a crise capitalista de um caráter abstrato, genérico, desconsiderando as classes sociais, despolitizando o debate e reproduzindo a questão como um problema de todos e não como uma crise do projeto de sociabilidade do capital, sustentado pela hegemonia da classe dominante.

3. A FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL E A QUESTÃO SOCIAL: CULTURA, VALORES E O TRADICIONAL METAMORFOSEADO

Diferentes leituras marcaram as interpretações da formação do país no

pensamento social brasileiro, sendo ele construído a partir de variadas correntes filosóficas e das ciências humanas e sociais. Essas reflexões quando desenvolvidas por uma lente crítica possibilitou apreender elementos essenciais que mediatizam particularidades que se apresentam complexificadas não somente num plano universal de percepção da conjuntura do país, mas com características emblemáticas presentes no cotidiano sob forma de reprodução e naturalização de valores e posições sociais historicamente determinadas.

Por diferentes vertentes da tradição marxista SILVA (2014), IAMAMOTO (2011) e SANTOS (2012) trazem iniciaram esse panorama sobre as particularidades da questão social no Brasil e, com diferentes ênfases e particularidades no pensamento, destacam sua forte demarcação de gênero e raça, além dos rebatimentos da luta de classe brasileira. A cisão de classe ora desvenda a “desigualdade dentro da desigualdade”, ora esconde as diferenças promulgada numa igualdade formal não somente nunca materializada para todos/as assalariados/as, sendo ainda mais perversa para mulheres, negras e negros e outros setores historicamente oprimidos dentro da classe explorada.

Se a essência do capitalismo crava os seus limites dentro da emancipação política, impossibilitando dentro dessa ordem societária o desenvolvimento emancipatório do gênero humano devido ao âmago do processo de exploração do trabalho e da apropriação no plano da superestrutura das diversas formas de dominação e reprodução das opressões, no Brasil, esse processo se consolida com particular forma, tornando ainda mais complexas essas expressões, desafiando e distanciando inclusive a materialização da própria emancipação política moderna nos marcos dos valores liberais e/ou do romantismo burguês.

Isso pode ser observado nos elementos da conjuntura atual referente à luta pelos direitos de mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, de negras e negros, dos povos indígenas e tantos outros setores da sociedade, assim como na abordagem de temas correlatos que ainda se estabelecem como polêmicas, num arco de ações que orbitam as disputas, sob o crivo do conservadorismo, do tradicionalismo, do patriarcalismo, como partes de um construto ideológico que se manifesta

aprofundando os processos da unidade exploração-opressão.

Compreender a conjuntura atual é perpassar por seus dimensionamentos contemporâneos, mas também aprofundar o entendimento daquilo que foi e é referendado por um desenvolvimento social, político, econômico e cultural do país, construído sob um prisma particular de sua formação histórica nos interesses e nas condições das classes e dos sujeitos que protagonizaram as disputas, os consensos e os dissensos durante o tramitar histórico brasileiro. A natureza sócio-histórica do Brasil é marcada por um processo oblíquo que estabelece uma formação sociocultural muito singular dentro da história geral.

Nessa mesma direção, elementos históricos do plano da cultura se encaixam de modo proeminente, como o estabelecimento religioso oficial da Igreja Católica na colônia portuguesa e no posterior império, num momento de dissidência e do fortalecimento de correntes protestantes ganhando fôlego no velho continente, além do referencial liberal de estado laico como elemento da democracia. Outro aspecto a ser frisado é o significado da posterior e tortuosa industrialização no século XX e ampliação dos perímetros urbanos sem as devidas reformas democráticas reais no âmbito estatal e muito menos com a inclusão real dos povos escravizados.

Essas condições estarão presentes nos principais episódios e processos históricos do país, marcando a colonização, a fase do império, a república velha, o estabelecimento do regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, à rápida volta da democracia em suas fases desenvolvimentistas, os levantes populares por reformas de base no início dos anos 1960, o duro golpe empresarial-militar e as duas décadas de ditadura a partir de 1964, a luta e ratificação da redemocratização do país nos anos 1980 e o estabelecimento do neoliberalismo em nossa estrutura estatal nos 1990, passando pela faceta social-liberal dos anos 2000 e 2010 até o golpe parlamenta-jurídico e midiático para a retomada do neoliberalismo radical.

As contradições desse país “ornitorrinco” - alusão do sociólogo Francisco de Oliveira (2003) - comparando as particularidades do trato político, econômico e cultural do Brasil com um animal estranho que é uma mistura de muitas dimensões - reflete a formação e seu estabelecimento da nação na

miscelânea entre o velho e o novo, com amortecimento das lutas populares, invisibilidade dos sujeitos e naturalização de privilégios e opressões, constituindo um processo com mais conciliações que rupturas.

Como colônia de Portugal, o Brasil teve seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural particularizado por essa condição de domínio essencialmente voltado para a exploração de matérias-primas. O desenvolvimento concentrado no âmbito rural e um projeto de colonização aperiódico promoveram também a possibilidade de construção de características como a legitimação do patriarca, a reprodução do coronelismo político e o conflito entre o que aquilo que são direitos sociais e o que são benesses de tom assistencialista para a população.

Esse domínio econômico e político se estabelece como síntese do poder público e privado, onde os grandes latifundiários no Brasil Colônia recebiam da metrópole portuguesa a legitimidade para governar o país. Essa afirmação é a raiz cultural do posicionamento oligárquico onde, atrelado a isso, concentravam na figura masculina o poder sobre a região, sobre a entidade familiar, seus membros e organizações. Essa foi uma dinâmica, como afirma Silva (2004, p.14), que possibilitava que o senhor rural “[...] confundisse seus interesses particulares/privados com os interesses da municipalidade, uma vez que a ele eram atribuídos os encaminhamentos, os investimentos e a defesa da região”.

A simbiose de patriarcalismo e coronelismo ratificava um poder privado que se manifestava na esfera pública. É enganoso pensar que com o processo de independência do Brasil em 1822 e mais tarde na instauração da República brasileira em 1889, foram episódios que possibilitaram o rompimento radical com essa lógica construída no período colonial e essas relações sociais, políticas e culturais que forjam nossa formação sócio-histórica.

A “independência” em relação à metrópole portuguesa não trouxe mudanças essenciais naquilo que era observado no sistema colonial, na estrutura de classes, ou no sistema produtivo, estes dois últimos permaneceram ilesos. Mesmo porque a independência brasileira foi um movimento político apoiado pelas elites com anuência e aproximação da Inglaterra, maior potência econômica da época, em plena expansão do capitalismo, que pressionava o processo de modernização em quesitos

estratégicos para:

[...] integrar as colônias aos mercados consumidores e livres, mantendo-as, entretanto, como áreas comprometidas com a produção de matérias-primas destinadas ao crescimento e ao desenvolvimento industrial das regiões mais desenvolvidas do globo. Para tanto, era necessário consolidar uma autonomia política que superasse a subordinação da colônia em relação à metrópole, impedindo a sustentação do monopólio de troca. Por outro lado, a estrutura produtiva colonial deveria manter-se inalterada (SILVA, 2004, p. 18).

O ideário imaturo da ideologia burguesa influenciada pelo iluminismo chega à sua parcela brasileira sob aspecto fragmentado e até caricatural. Os conchavos entre conservadores e liberais no Império é fato emblemático de como diferentes setores da elite moldaram o formato de disputa, consensos e negociações para a manutenção do poder e para amortecimento das lutas populares.

Esse processo esteve presente na tardia abolição da escravatura em 1888, configurada na marginalização do povo negro, na não integração no processo de industrialização, cabendo aos imigrantes europeus o protagonismo do novo operariado nos centros econômicos brasileiros, o que trouxe também novos formatos de mobilização de classe e possibilidades de organizações populares, além de amortecer parte do exército industrial de reserva oriundos dos países europeus.

O processo de constituição burguesa no Brasil se revela particular, pois não lança mão de modo rigoroso de ideários idênticos ao que foi estabelecido na Europa em sua fase revolucionária. A estruturação da burguesia brasileira finca suas bases exatamente num elo de dependência econômica com essa burguesia internacional já madura e consolidada e se ratifica politicamente não a partir das transformações equivalentes e radicais no advento da modernidade, mas com o que Fernandes (2008) denomina de “revolução pelo alto”.

Esses são fundamentos importantes para compreender que não se trata de um mero caráter atrasado no âmbito dos direitos civis e políticos no arco da emancipação política burguesa, mas sim, constatar que além de ter sido desnecessárias reformas de base para o estabelecimento do capital no país, a

manutenção e metamorfose das opressões foram e são funcionais para a ampliação e apropriação econômica e política das elites do país.

Para Fernandes (2008) essa revolução pelo alto, conciliação entre as antigas e novas classes dominantes visando transformações econômicas que mantivessem certos privilégios, situa mediações entre as dimensões estruturais e o campo da cultura nessa peculiaridade da formação moderna do Brasil. Temos assim um processo de revolução passiva que fez concessões parciais e focalizadas mediante as pressões da classe trabalhadora e manteve privilégios, refundou seu conservadorismo, valores patriarcais e permitiu o aprofundamento das opressões, desigualdades e o processo exploração.

As cisões historicamente determinadas que se evidenciaram na simbiose do latifúndio escravocrata patriarcal do Brasil Colônia se misturam ao processo de metamorfose sem rupturas essenciais de uma elite tradicional com as parcelas urbanas em ascensão que almejam aceleração do crescimento urbano, da indústria e da sua participação política.

Com um diálogo restrito e sempre que possível distante das classes populares, o autoritarismo e o consenso das partes diferentes da elite nacional desenvolveu a modernização e perpetuou características históricas do campo da cultura para a reprodução da dominação, num lastro de máxima exploração do trabalho das camadas historicamente oprimidas, como as mulheres, negros, indígenas, homossexuais, nordestinos, invisibilizando esses e outros sujeitos, criminalizando seus valores culturais, moralizando suas condutas, criando um padrão de normalidade para adequação à sociedade e marginalizando sua participação política, além da precarização do acesso aos bens e serviços oriundos do campo estatal.

3.1. “Em defesa da família”: racismo, machismo e familismo na formação do Brasil

O discurso reacionário e discriminatório contemporâneo vem recheado de curiosos elementos, a exemplo, a emblemática força que tem os grupos religiosos nessa empreitada que envolve atos públicos, programas de televisão, manifestações virtuais, desembocando num forte aparato dentro da

política formal, como as coalizões de representantes fundamentalistas dentro do poder legislativo, executivo e judiciário nas diversas esferas.

Embora pareça um discurso antiquado, devido à ampliação dos mais plurais arranjos familiares e suas enormes transformações nas últimas décadas, esse tema ainda envolve as refrações históricas desse modelo. Esse é um processo retroalimentado pelas condições sociais, econômicas e culturais de toda a sociedade, não conseguido ultrapassar dentro dos mais diversos espaços essa noção de “normalização” e “tradição”, seja nas legislações para adoção, para o casamento civil, para as políticas sociais, para os direitos trabalhistas, etc.

As peculiaridades da construção e dos entendimentos dos conceitos de família, embora pareçam dentro do senso comum algo dado e referendado no âmbito privado e constituído de aspectos singulares são, na verdade, dotados de elementos capciosos, frutos e reprodutores de visões de mundo, condutas e valores distintos que sofrem influências dessa formação sócio-histórica do país.

Nesse sentido, o aprofundamento e a problematização dos conceitos de família e de seus desenvolvimentos históricos, bem como o estudo sobre essa categoria são elementos mais que salutares para o seu entendimento aliado as questões sociais, econômicas e culturais e todo o bojo de elementos que se consubstanciam as complexas tessituras entre os aspectos universais e particulares, as dimensões objetivas e subjetivas, a produção e a reprodução social.

As palavras “tradição”, “família” e “propriedade” embora tenham seus particulares significados não raramente caminharam juntas quando evocadas por setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Não por acaso foi esse o nome do movimento católico tradicionalista que foi capitaneado por Plínio Correia de Oliveira e que no início dos anos 1960 foi grande incentivador e organizador da “marcha da Família com Deus pela Liberdade” contra as reformas de base do governo João Goulart, sendo umas das manifestações importantes para o fortalecimento dos setores que viriam logo arregimentar o golpe empresarial-militar que culminou em duas décadas de ditadura.

Recordando algumas décadas anteriores, outro Plínio (Plínio Salgado)

foi líder do movimento integralista, entusiasta do viés totalitário, da luta anticomunista e da defesa da família e da propriedade, buscando sedimentar o lema “Deus, Pátria e Família” nos anos 1930, colaborando na atmosfera política dentro de outro regime ditatorial, o Estado Novo de Getúlio Vargas. Os exemplos na história política do país são apenas alguns de tantos outros casos em que se pode notar o teor que o corriqueiro discurso “em defesa da família” foi e ainda é utilizado em questões que busquem a ratificação dos alicerces da sociedade atual.

Para perceber como se forma tal discurso, porque ele é tão forte e com grande poder de disseminação é preciso entender como se constrói historicamente determinados modelos familiares que se tornaram hegemônicos a partir de determinações específicas que se fundamentam numa retroalimentação das bases estruturais e superestruturais dessa sociedade.

Como já abordamos, desde as transformações nas mais diversas esferas no advento da modernidade, os preconceitos e opressões aparecem com um viés peculiar, convivendo com uma defesa de uma igualdade formal e de uma liberdade de expressão defendida pela burguesia e estruturada no estado moderno que não dá conta da superação das desigualdades, tornando-as ainda mais complexas e capilarizadas por meio de sustentáculos muito mais sofisticados.

Iani (1996) busca aprofundar as mediações fundamentais para a compreensão da questão social no Brasil e destaca esses elementos a partir de características já presentes na formação social brasileira. Sem perder a centralidade dialética, o autor desenvolve uma reflexão sobre como as particularidades da formação estão atreladas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e, por outro lado, como essas mesmas particularidades desenvolvem características peculiares tanto na classe trabalhadora, como na revolução burguesa e, por conta disso, nas expressões da questão social e na formatação de seu enfrentamento via Estado.

Assim, Iani visa superar um caráter abstrato da questão social, analisando para além da universalização abrupta das características eurocêntricas de alto de desenvolvimento das forças produtivas, mas explicitando a latência originária das características coloniais que vão alicerçar

o entesouramento dessas mesmas metrópoles, que também serão responsáveis pela disparidade tanto temporal do trabalho assalariado no Brasil, como da formação de outros determinantes na seara de um país forjado na escravização e no genocídio e que tratará a questão social com assistencialismo, moralismo, violência e autoritarismo.

Com a particularidade da formação econômica, sociopolítica e cultural do Brasil, o reforço de uma cultura patriarcal, tradicionalista aparece de maneira peremptória, arraigando um ranço colonial, rural e escravocrata tão emblemáticos na constituição histórica do país e influenciando esse modelo familiar. No período colonial a arquitetura e organização da casa foram determinadas pelas relações entre família e o ambiente social.

A família colonial hegemônica era caracterizada por uma relação não intimista, de isolamento da figura feminina e escasso desenvolvimento econômico e social, tinha sua residência de grandes dimensões, escura, úmida e sem ventilação, ausência de esgotos e água encanada, enfeitada com pequena quantidade de móveis e outros utensílios domésticos, os quais não se faziam necessários, pois o lugar de estar de uma casa grande era a varanda, construída na parte de trás da casa para proporcionar melhores condições de isolamento.

O casamento de razão ou interesse; a inexistência de sentimento de amor entre os cônjuges; a inferioridade da raça ou espécie que lhe foi tributada, a dependência econômica para com o homem (pai, irmão, tio, tutor) e a rígida divisão do trabalho social compunham a moldura do confinamento da mulher. A permanência da mulher no interior da casa devia-se, antes de mais nada, à sua função econômica. Ela era o capitão-do-mato, o gerente e o caixeiro do marido (COSTA, 1989, p. 102).

A constância de hábitos rudimentares foi necessária à manutenção da ideologia que regulava a ética social da classe dominante. A relação de compadrio trazia seus subordinados a participarem do status do patriarcado, colocando-os como seus iguais. A simplicidade cotidiana encobria a exploração econômica e os preconceitos de casta e raça que separava os senhores de seus agregados e subordinados.

No entanto, essa simplicidade niveladora só era mantida no universo da residência, pois quando exposta ao mundo, a “família dominante” sabia

ostentar os sinais de seu poder. Os senhores não apresentavam nenhuma preocupação com o pudor diante de seus serviçais, sendo este outro motivo determinante no desleixo quanto ao modo de estar, pois “as barreiras de sangue eram tão fortes que nenhum tipo de proximidade, nenhuma conduta fazia com que os primeiros [senhores] corressem o risco de terem o prestígio ou posição social postos em risco pelos segundos [escravos]” (COSTA, 1989, p 93).

Como já relatamos, o rígido quadro colonial que busca a conservação da estrutura política vigente, com o protagonismo do ambiente rural tradicionalista, tem paulatina alteração em meados do século XIX quando a modernização e a ideologia higiênica espraia no cotidiano social sustentando novas regras para o casamento, desarticulando-se dos motivos que influenciavam as uniões ulteriores.

Como se pode notar a dinâmica de construção familiar não se concebe de modo mecânico, direto e instantâneo, apesar de incontestável protagonismo histórico em suas características e do perene diálogo com outros planos da vida social, a formação familiar muda e permanece, constrói e desconstrói em velhos e novos condicionantes e motivações.

Todo esse emaranhado de reflexões, dados e contribuições sobre os elementos que foram evidenciando a formação da concepção de família tornam incontestável a constituição de um modelo calcado no machismo e no patriarcado, complexificado e requalificado dentro da modernidade pelos valores da sociabilidade moderna e que vem atravessando as particularidades de cada lugar e conjuntura, servindo de base para perpetuação de papéis sociais e anacronismos que tem funções sociais nada ingênuas na ratificação de diversas opressões.

Esse entendimento precisar dá vazão às características da família moderna voltada para os indivíduos, seu aspecto relacional, sua marcha entre o público e o privado e as distintas significações de casamento, de amor, dos papéis de pais, mães e filhos e o evidente nó entre a permanência do passado e a possibilidade do novo surgindo nos grupos familiares.

Nessa perspectiva, vemos como essas características vêm corroborando questões de diferentes planos da sociedade, ao passo que valores e costumes

mudam numa relação direta com a realidade objetiva, buscando dar sentido a ela, mas também possibilitando modificá-la. O impacto entre um modelo tradicional, as mudanças consolidadas e a busca por novos avanços são dados que persistem e que necessitam de um largo entendimento de como se consolidou essa categoria e sua relação intrínseca com a formação sócio-histórica do país.

CONCLUSÃO

Dentro das transformações, reinvenções e incorporações no interior da formação social do Brasil, a questão social assume contornos diferenciados. Não por acaso o caráter moralista e familista das diversas políticas sociais se perpetuou ao longo da história. As expressões da questão social no Brasil foram historicamente tratadas não somente de forma fragmentada, mas com um forte cunho valorativo, tendo o moralismo como tônica importante para disciplinamento da classe trabalhadora e discriminação das parcelas oprimidas.

Tais reflexões revelam ainda como pode ser desordenado e variante o processo de mutação de um determinado bojo cultural, que vai se rearranjado, buscando o rompimento de paradigmas, mas ainda resistindo em considerável escala dentro da busca por garantia de lutas e avanços nos papéis sociais, a saber, da questão de gênero e da situação feminina que incidem indubitavelmente na organização familiar.

Nesse contexto, a família se reproduz como uma instituição social orbitando as dimensões da conjugalidade, da parentalidade, da divisão sócio-sexual do trabalho, cerne elementar que vai de encontro com diversas lutas de superação de desigualdades e modelos que permitem ofuscar outras formas de relações e acabam por se estabelecer como um elemento padrão que orbitou a forma como se tratou a questão social no Brasil.

Na contemporaneidade, de um lado temos os movimentos sociais por décadas buscando a garantia de direitos de grupos historicamente vilipendiados; do outro lado, permanece sob formas mais sofisticadas, uma reação conservadora calcada nos planos coletivos e individuais em busca da cristalização das cisões existentes. O reacionarismo busca não somente

propagar o moralismo como razão em si, mas também encobrir a essência da relação capital-trabalho em tempos de crise do capital e da necessidade do estado neoliberal.

Elencar a família nesse debate sobre a formação sócio-histórica do Brasil é fundamental, posto que esta categoria foi um aspecto importante na construção do poder político e econômico do país, bem como, pela maneira que se constituiu e se institucionalizou elemento justificador de discriminações, opressões e preconceitos e tudo aquilo que tornou possível compreender as expressões da questão social a partir de um caráter moralista.

Os valores e costumes dominantes constituídos ao longo da história no Brasil se apresentam como derivações que são influenciados pelo modelo patriarcal, naturalizando a heterossexualidade como única forma de orientação sexual, a branquitude como modelo e a família nuclear como possibilidade exclusiva.

A estrutura patriarcal, machista e racista que fundamentará a questão social no Brasil perpetuará uma dimensão de classe muito mais complexa. É essa lógica que moralizará a questão social e irá patologizar comportamentos contra-hegemônicos, justificará o encarceramento e o extermínio de uma parcela da classe trabalhadora, objetificará corpos, naturalizará violências e mercantilizará tanto os sujeitos historicamente oprimidos como buscará capitular e mercantilizar suas resistências coletivas e individuais.

O reconhecimento da formação sócio-histórica do país e suas contradições refletem a necessidade de prover estratégias de visibilizar a cultura e o processo de resistência dos sujeitos historicamente oprimidos e explorados. É de suma importância ampliar as reflexões sobre a questão social e as metamorfoses, conciliações e consensos que se processaram ao longo da história do país, mediatizando a reprodução da condição política contemporânea que ainda ratifica diferenças como sinônimos de desigualdades e mantém privilégios para a funcionalidade da lógica da exploração capitalista.

REFERÊNCIAS

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo. São Paulo, 2016
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, 2006.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.
- IANNI, O. A questão social. In: _____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense. 1996. p. 87-112.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud.—CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93–103, mar. 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, Ruy Mauro. A Dialética da Dependência. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais**, Flacso, Santiago de Chile, n. 5, jun. 1973. Tradução Marcelo Carcanholo.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, n.3, p.41-49, 2001.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PINHEIRO, Paulo Wesclley Maia. **Serviço social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012
- SILVA, Sergio Gomes. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 26, n. 1, mar. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=es&nrm=is>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- SILVA Ivone. Maria. Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. Cuiabá, MT: Edufimt, 2014.